



 **Plano Plurianual 2024 - 2027**



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Indicadores-chave e metas nacionais



Prioridades do governo

1. Combate à fome e redução das desigualdades
2. Educação básica
3. Saúde, atenção primária e especializada
4. Reindustrialização, trabalho, emprego e renda
5. Novo PAC
6. Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática

Visão de Futuro 2027

“Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”

Democracia

Diversidade e justiça social

Sustentabilidade socioambiental

Participação social

Ação colaborativa

Responsabilidade fiscal e social

Excelência na gestão

Valores

Indicadores-chave e metas nacionais



Agendas transversais

1. Crianças e adolescentes
2. Mulheres
3. Igualdade racial
4. Povos Indígenas
5. Ambiental

EIXO 1: Desenvolvimento social e garantia de direitos

Objetivos estratégicos

- 1.1. Enfrentar a insegurança alimentar e a fome, incluindo o Brasil no Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condições de vulnerabilidade social
- 1.2. Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- 1.3. Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes
- 1.4. Ampliar a qualidade dos ensino médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica
- 1.5. Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas as formas de expressão
- 1.6. Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões
- 1.7. Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a autonomia salarial e a redução da violência
- 1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos
- 1.9. Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal
- 1.10. Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira
- 1.11. Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura
- 1.12. Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial
- 1.13. Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida

41 Programas

- Segurança alimentar e nutricional e combate à fome
- Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas
- Previdência social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único e produção de informações e conhecimento para políticas sociais
- Inclusão socioeconômica do público do Cadastro Único
- Estruturação da Política Nacional de Cuidados
- Atenção primária à saúde
- Atenção especializada à saúde
- Gênero, trabalho, educação e transformação digital na saúde
- Pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção e avaliação de tecnologias em saúde
- Qualificação da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde
- Vigilância em saúde e ambiente
- Saúde indígena
- Educação básica democrática, com qualidade e equidade
- Educação profissional e tecnológica que transforma
- Educação superior: qualidade, democracia e sustentabilidade
- Civismo e cultura
- Juventude: direitos, participação e bem viver
- Promoção da cidadania, defesa de direitos humanos e reparação de violações
- Programa nacional de promoção dos direitos da população em situação de rua
- Promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos de pessoas idosas
- Promoção dos direitos das pessoas com deficiência
- Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAP+
- Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade
- Autonomia econômica das mulheres
- Igualdade de decisão e poder para mulheres
- Mulher: viver sem violência
- Democracia e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, sustentabilidade e enfrentamento da emergência climática
- Direitos paritético-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas
- Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos
- Promoção da igualdade étnico-racial, combate e reparação do racismo
- Juventude negra viva
- Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania
- Saneamento básico
- Cidades melhores
- Mobilidade urbana
- Moradia digna
- Ferretaria viva
- Promoção pública com cidadania
- Cidadão e acolhimento de usuários e dependentes de álcool e outras drogas
- Esporte para a vida

EIXO 2: Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

Objetivos estratégicos

- 2.1. Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente
- 2.2. Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas
- 2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pecuária e a aquicultura
- 2.4. Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a decarbonização da economia
- 2.5. Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios
- 2.6. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CTI, a cooperação Estado-Instituto de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação
- 2.7. Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres
- 2.8. Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e a maior eficiência energética
- 2.9. Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da internet de alta velocidade
- 3.10. Promover maior eficiência logística com a valorização dos modos ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem
- 3.11. Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras
- 3.12. Ampliar a segurança hídrica para garantir o uso múltiplo da água, priorizando a eficiência e o uso racional
- 3.13. Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo
- 3.14. Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades
- 3.15. Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda

35 Programas

- Enfrentamento da emergência climática
- Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade
- Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios
- Qualidade ambiental na cidade e no campo
- Gestão de riscos e de desastres
- Agropecuária sustentável
- Defesa agropecuária
- Fiscalidade e inovação agropecuária
- Abastecimento e soberania alimentar
- Agricultura familiar e agroecologia
- Governança fundiária, reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais
- Pecuária e aquicultura sustentáveis
- Inovação nas empresas para uma nova industrialização
- Reindustrialização, ambiente de negócios e participação na economia internacional
- Política econômica para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo
- Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social
- Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SINCTI
- Política nacional
- Programa espacial brasileiro
- Oceano, Zona Costeira e Antártica
- Economia popular e solidária sustentáveis
- Promoção do trabalho decente, emprego e renda
- Energia elétrica
- Petróleo, gás, derivados e biocombustíveis
- Transição energética
- Comunicação para inclusão e transformação
- Aviação civil
- Portos e transporte aquaviário
- Segurança viária
- Transporte ferroviário
- Transporte rodoviário
- Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre
- Turismo, arte e o destino
- Desenvolvimento regional e ordenamento territorial
- Miteração segura e sustentável

EIXO 3: Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Objetivos estratégicos

- 3.1. Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social
- 3.2. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional
- 3.3. Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população
- 3.4. Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais
- 3.5. Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado
- 3.6. Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos
- 3.7. Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos

12 Programas

- Defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas públicas
- Reconstrução, ampliação e aprofundamento da participação social e da democracia
- Planejamento e orçamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo
- Transformação do Estado para a cidadania e o desenvolvimento
- Cooperação da defesa para o desenvolvimento nacional
- Defesa nacional
- Relações internacionais e assistência a brasileiras e brasileiros no exterior
- Comunicação pública e governamental
- Sistema financeiro do futuro
- Transparência, integridade e enfrentamento à corrupção
- Segurança institucional
- Promoção do acesso à justiça e da defesa dos direitos

Participação social na elaboração do PPA

Fórum Interconselhos

- 3 fóruns
- 36 conselhos nacionais representados

Plenárias Estaduais

- 27 Capitais brasileiras
- Mais de 34 mil participantes
- 309 movimentos/ organizações apresentaram suas demandas e defenderam propostas

Plataforma Brasil Participativo

- 4.087.540 Acessos
- 1.529.826 Votos
- 1.419.729 Participantes
- 8.254 Propostas

Mapa Estratégico do PPA 2024-2027



Visão de Futuro 2027

“Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”

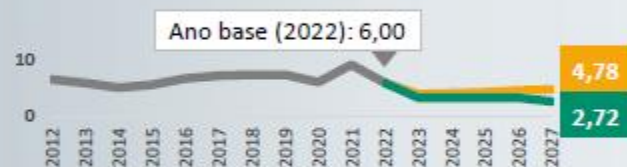


Valores

Democracia | Diversidade e justiça social | Sustentabilidade socioambiental | Participação social | Atuação colaborativa | Responsabilidade fiscal e social | Excelência na gestão

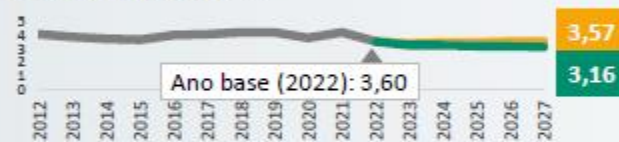
Indicadores-chave e metas nacionais

Taxa de extrema pobreza



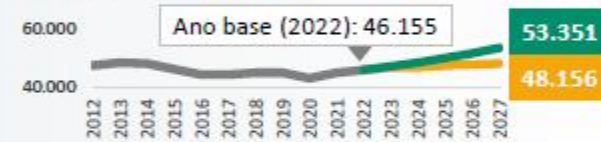
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF. Nota: Linha de US\$ 2,15 por pessoa por dia, convertida pelo fator de paridade do poder de compra de 2017.

Razão entre as rendas dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

Produto interno bruto per capita (em R\$ de 2022)



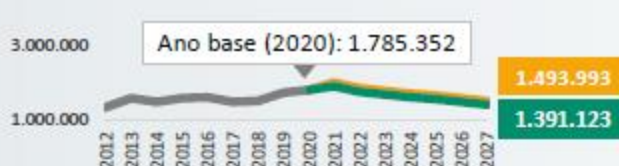
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

Taxa de desemprego (média anual)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Brasil (em Gg)



Fonte: Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene). Projeções elaboradas pelo MPO com base em informações do MMA.

Desmatamento anual no bioma Amazônia (em Km²)



Fonte: Portal TerraBrasilis/Inpe. Projeções elaboradas pelo MPO com base em informações do MMA.

Prioridades do governo

- 1 Combate à fome e redução das desigualdades
- 2 Educação básica
- 3 Saúde: atenção primária e especializada
- 4 Neoliberalização, trabalho, emprego e renda
- 5 Novo PAC
- 6 Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática



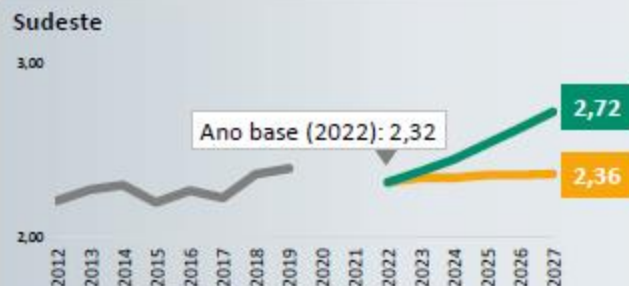
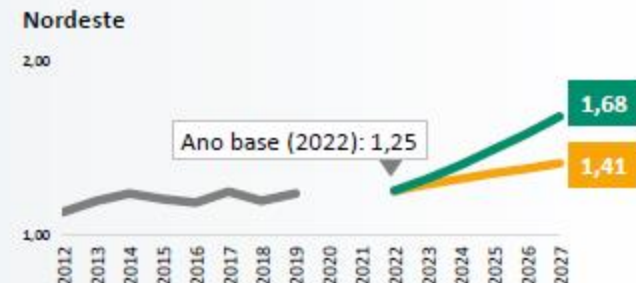
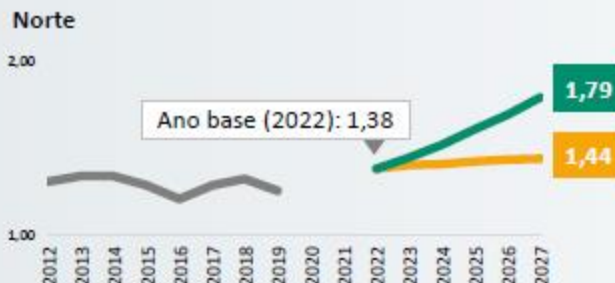
MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



Indicadores-chave e metas nacionais

Rendimento domiciliar per capita nas grandes regiões (em milhares R\$ de 2022)

Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do IPEA.



Agendas transversais

- 1 Crianças e adolescentes
- 2 Mulheres
- 3 Igualdade racial
- 4 Povos indígenas
- 5 Ambiental



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



EIXO 1: Desenvolvimento social e garantia de direitos

Objetivos estratégicos

1.1. Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social

1.2. Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

1.3. Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes

1.4. Ampliar a qualidade dos ensinamentos médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica

1.5. Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas as formas de expressão

1.6. Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões

1.7. Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos

1.9. Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal

1.10. Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira

1.11. Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura

1.12. Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial

1.13. Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida

EIXO 2: Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

Objetivos estratégicos

2.1. Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente

2.2. Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas

2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura

2.4. Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia

2.5. Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios

2.6. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação

internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação

2.7. Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres

2.8. Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e a maior eficiência energética

2.9. Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da internet de alta velocidade

2.10. Promover maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem

2.11. Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das

exportações brasileiras

2.12. Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional

2.13. Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo

2.14. Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades

2.15. Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda

EIXO 3: Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Objetivos estratégicos

3.1. Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social

3.2. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional

3.3. Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população

3.4. Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais

3.5. Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado

3.6. Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos

3.7. Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos

41 Programas

- Segurança alimentar e nutricional e combate à fome
- Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas
- Proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único e produção de informações e conhecimento para políticas sociais
- Inclusão socioeconômica do público do Cadastro Único
- Estruturação da Política Nacional de Cuidados
- Atenção primária à saúde
- Atenção especializada à saúde
- Gestão, trabalho, educação e transformação digital na saúde
- Pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção e avaliação de tecnologias em saúde
- Qualificação da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde
- Vigilância em saúde e ambiente
- Saúde indígena
- Educação básica democrática, com qualidade e equidade
- Educação profissional e tecnológica que transforma
- Educação superior: qualidade, democracia e sustentabilidade
- Direito à cultura
- Juventude: direitos, participação e bem viver
- Promoção da cidadania, defesa de direitos humanos e reparações de violações
- Programa nacional de promoção dos direitos da população em situação de rua
- Promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa
- Promoção dos direitos das pessoas com deficiência
- Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+
- Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade
- Autonomia econômica das mulheres
- Igualdade de decisão e poder para mulheres
- Mulher: viver sem violência
- Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, sustentabilidade e enfrentamento da emergência climática
- Direitos pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas
- Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos
- Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo
- Juventude negra viva
- Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania
- Saneamento básico
- Cidade melhores
- Mobilidade urbana
- Moradia digna
- Periferia viva
- Segurança pública com cidadania
- Cuidado e acolhimento de usuários e dependentes de álcool e outras drogas
- Esporte para a vida

Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática

Objetivo Geral

Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado, soberania alimentar, bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Órgão responsável

MPI



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática

| | |
|-------------------------------|---|
| Objetivo Específico 1 | Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras |
| Entregas | Terras indígenas delimitadas |
| MJ | Terras indígenas declaradas |
| | Terras indígenas georreferenciadas |
| | Terras indígenas registradas |
| | Reservas indígenas constituídas |
| Medidas Institucionais | Propor regulamentação para a constituição de reserva indígena |

Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática

| | |
|---------------------------------|--|
| Objetivo Específico 2 | Assegurar aos povos indígenas a proteção, posse plena e usufruto exclusivo de seus territórios |
| Entregas | Terras indígenas fiscalizadas |
| | Brigadas indígenas constituídas |
| | Ocupações de não indígenas indenizadas |
| | Operações de desintrusão em terras indígenas realizadas |
| | Eventos de formação no Programa de Proteção Territorial realizados |
| | Áreas com presença de povos isolados interditadas |
| | Localização de povos indígenas isolados e qualificação de registros não confirmados |
| | Planos para a proteção de áreas com presença de povos indígenas isolados executados |
| | Eventos de formação de colaboradores indígenas das Frentes de Proteção Etnoambiental |
| Parc. SESAI | Capacitação de equipes móveis para o atendimento aos Planos de Contingência para Situações de Contato |
| Parc. MEC, MDS, MS, MDHC | Programas específicos de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato implementados |
| Medidas Institucionais | Propor regulamentação do poder de polícia da Funai |
| | Articular melhorias nas condições de trabalho dos servidores da Funai |
| | Articular a estabilização trabalhista dos indígenas colaboradores das Frentes de Proteção Etnoambiental |



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática

| | |
|------------------------------|--|
| Objetivo Específico 3 | Promover a gestão ambiental e territorial em territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena |
| Entregas | Instrumentos de gestão ambiental e territorial indígenas (IGATIs) elaborados ou revisados |
| | Eventos de formação e capacitação para a gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática realizados |
| | Eventos de formação na sociobioeconomia indígena realizados |
| | Tecnologias de produção sustentável adotadas em sistemas de agropecuária convencional existentes em territórios indígenas |
| | Projetos de transição agroecológica de sistemas produtivos em terras indígenas em implementação |
| | Tecnologias sociais voltadas ao uso sustentável da agrobiodiversidade indígena em implementação |
| | Produção indígena coletada, beneficiada, armazenada e transportada |
| | Infraestrutura de produção, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos e serviços de sociobiodiversidade indígena implantada e adequada |
| | Oficinas realizadas visando a qualificação de indígenas para o acesso ao PAA, ao PNAE e à PGPMBIO |
| | Processos produtivos indígenas aprimorados |



Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática

Objetivo Específico 3 (cont.) Promover a gestão ambiental e territorial em territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena

Entregas

Planos de visitação turística em terras indígenas em implementação

Iniciativas de promoção, marketing e certificação de produtos indígenas realizadas

Entidades indígenas gestoras de iniciativas econômicas comunitárias fortalecidas

Redes de organizações indígenas formais e informais articuladas

MPI

Feiras de artes, artesanatos e outros produtos da sociobiodiversidade indígenas apoiadas

MPI

Povos indígenas com acesso ampliado a serviços de ATER qualificados conforme as especificidades indígenas

MPI

Técnicos de ATER capacitados para trabalhar com povos indígenas

Manejo e monitoramento participativo da biodiversidade realizados

Recursos naturais em territórios indígenas com processo de recuperação em andamento



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática

Objetivo Específico 3 (cont.) Promover a gestão ambiental e territorial em territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena

| Medidas Institucionais | |
|-------------------------------|--|
| | Articular a aprovação de lei instituindo a PNGATI (PL 4347/2021) |
| | Articular a aprovação de lei que regulamenta a atividade indígena em gestão ambiental e territorial em terras indígenas (PL 2936/2022) |
| | Propor e articular a criação do Fundo Biomas Indígenas |
| | Propor Portaria Interministerial entre MPI e MMA dispendo sobre a coleta de sementes para a restauração ambiental |
| | Propor Portaria Interministerial entre MPI e MMA dispendo sobre Planos de Recuperação de Áreas Degradadas em terras indígenas |
| | Propor normatização dispendo sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos produtivos de iniciativa indígena |
| | Propor normatização dispendo sobre a comercialização da arte indígena com partes de animais silvestres |
| | Propor mecanismo de desoneração dos produtos indígenas nos âmbitos tributário, logístico e sanitário |
| | Propor revisão normativa para viabilizar o credenciamento de associações indígenas como prestadoras de ATER |
| | Propor critérios para a regulamentação do REDD+ e de créditos de carbono em terras indígenas |



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática

| | |
|------------------------------|--|
| Objetivo Específico 4 | Sensibilizar a sociedade e o Estado brasileiro sobre a importância dos sistemas indígenas para o envolvimento, cuidado e comprometimento com a vida, reconhecendo os aspectos espirituais, ancestrais, comunitários, socioculturais, ambientais, econômicos e políticos |
| Entregas | MPI Materiais educativos, didáticos e interculturais relacionados aos sistemas indígenas de vida elaborados, com foco em públicos diversos indígenas e não-indígenas |
| | MPI Publicações de livros sobre os sistemas indígenas de vida apoiadas |
| | MPI Campanhas educativas e pedagógicas sobre o sistema de vida e cosmovisões indígenas de cada povo indígena em relação às contribuições para a qualidade de vida no planeta veiculadas |
| | MPI Eventos e processos interculturais e pedagógicos relacionados aos sistemas indígenas de vida realizados com públicos indígenas e não indígenas |
| | Exposições virtuais e presenciais visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas lançadas |
| | Projetos de apoio a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos implementados |
| | Projetos de educação comunitária de transmissão de conhecimentos, pedagogias próprias e expressões culturais indígenas implementados |
| | Iniciativas comunitárias relacionados aos sistemas indígenas de vida apoiadas, incluindo intercâmbios, oficinas, rituais e manifestações culturais |



Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática

| | |
|--------------------------------------|--|
| Objetivo Específico 4 (cont.) | Sensibilizar a sociedade e o Estado brasileiro sobre a importância dos sistemas indígenas para o envolvimento, cuidado e comprometimento com a vida, reconhecendo os aspectos espirituais, ancestrais, comunitários, socioculturais, ambientais, econômicos e políticos |
| Medidas Institucionais | Implementar plataforma digital de comunicação e divulgação de conteúdos relacionados aos sistemas indígenas de vida, voltados para públicos diversos indígenas e não-indígenas |
| | Realizar, no âmbito do Observatório dos Povos Indígenas, diagnóstico sobre o nível de sensibilidade da sociedade em relação aos sistemas indígenas de vida |



Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

Objetivo Geral

Reconhecer e efetivar os direitos pluriétnico-culturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização dos seus saberes, culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e serviços públicos de garantia dos direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Órgão responsável

MPI



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

| | |
|------------------------------|--|
| Objetivo Específico 1 | Promover o direito à memória e a preservação dos patrimônios linguísticos e culturais dos povos indígenas |
| Entregas | MPI Diagnósticos locais sociolinguísticos apoiados |
| | MPI Material de divulgação da Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil produzido |
| | MPI Cooficialização das línguas indígenas implementada |
| | MPI Calendário das línguas indígenas com status de falante e nível de vitalidade da língua elaborado |
| | MPI Oficinas, cursos e encontros de projetos linguísticos realizados |
| | Produtos editoriais publicados |
| | Produtos audiovisuais lançados |
| | Projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos realizados |
| | Iniciativas de preservação e valorização de saberes, culturas, línguas e memórias apoiadas |
| | Registros de cantos e saberes documentados |



Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

| | |
|--------------------------------------|--|
| Objetivo Específico 1 (cont.) | Promover o direito à memória e a preservação dos patrimônios linguísticos e culturais dos povos indígenas |
| Entregas | Oficinas de qualificação de acervos com protagonismo indígena realizadas |
| | Acervos arquivísticos, bibliográficos e etnográficos processados tecnicamente, visando à conservação dos bens culturais |
| | Acervos etnográficos, arquivísticos e bibliográficos ampliados e diversificados, visando contemplar a diversidade cultural dos povos indígenas |
| | Acervos documentados e disponibilizados em repositórios digitais, visando ampliar o acesso dos povos indígenas |
| | Eventos artísticos, culturais e científicos realizados |
| | Mecanismos de divulgação da arte indígena criados |
| Medidas Institucionais | Realizar, no âmbito do Observatório dos Povos Indígenas, o mapeamento das línguas indígenas do Brasil |
| | Elaborar e implementar política de comercialização de expressões culturais tradicionais e contemporâneas da loja Artíndia |
| | Implementar e manter o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade Indígena |



Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

| | |
|-------------------------------|--|
| Objetivo Específico 2 | Ampliar a participação dos povos indígenas em espaços relacionados aos direitos indígenas e nas políticas públicas que lhes são afetas, fortalecendo suas formas de organização |
| Entregas | Eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados, incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados |
| | Formação de indígenas para o acesso aos seus direitos e às políticas e serviços públicos realizada |
| MPI | Centros de referência indígenas estruturados e consolidados como espaços de informação, formação, disseminação dos direitos indígenas e fortalecimento da organização sociocultural dos povos indígenas |
| | Oitivas realizadas durante o processo de licenciamento ambiental |
| Medidas Institucionais | Criar e estruturar o Observatório dos Povos Indígenas, sistema de gestão da informação e do conhecimento sobre povos indígenas para subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas |
| | Fazer articulações para assegurar a participação indígena nas instâncias de governança das políticas de gestão territorial e ambiental e demais políticas públicas afetas aos povos indígenas |



Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

| | |
|------------------------------|--|
| Objetivo Específico 3 | Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, com deficiência, migrantes, refugiados e transfronteiriços |
| Entregas | Profissionais que atuam em políticas e serviços públicos e no sistema de justiça e garantia de direitos formados e capacitados para atuar com públicos indígenas |
| MPI | Capacitação de agentes do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) para o atendimento de lideranças de povos indígenas |
| MPI | Inserção de intérpretes de línguas indígenas em serviços de atendimento a públicos indígenas |
| MPI | Conteúdos traduzidos em línguas indígenas tradicionais, em particular aqueles que orientam povos indígenas em toda sua diversidade quanto aos seus direitos e ao acesso a políticas e serviços públicos e ao sistema de justiça e garantia de direitos |
| MPI | Materiais de orientação e conscientização elaborados, voltados ao combate à discriminação e à prestação adequada de serviços públicos para indígenas, bem como à disseminação para povos indígenas |
| MPI | Casas estruturadas para atividades de apoio a mulheres indígenas vítimas de violências, nos moldes da Casa da Mulher Brasileira, contemplando suas especificidades socioculturais |



Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

Objetivo Específico 3 (cont.)

Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, com deficiência, migrantes, refugiados e transfronteiriços

Entregas

Edificações tradicionais construídas

Abrigos móveis de madeira para áreas indígenas em situação de vulnerabilidade construídos

Autorizações de obras do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) em terras indígenas emitidas

Autorizações emitidas para a instalação de sistemas de energia fotovoltaica em terras indígenas na Amazônia Legal

Certidões de Exercício de Atividade Rural (CEAR) emitidas para indígenas

Ações itinerantes de promoção do acesso à documentação civil e benefícios sociais apoiadas

Articulação realizada para a criação de redes intersetoriais de proteção social

Referenciamento de demandas de proteção social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) qualificados



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

Objetivo Específico 3 (cont.)

Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, com deficiência, migrantes, refugiados e transfronteiriços

Medidas Institucionais

Criar sistema de proteção de mulheres indígenas vítimas de violência, considerando suas especificidades socioculturais e linguísticas, em parceria com o Ministério das Mulheres

Apoiar a estruturação e implementação do Programa Guardiãs, em parceria com o Ministério das Mulheres e organizações representativas de mulheres indígenas,

Propor adequações na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para o aprimoramento do serviço, considerando especificidades socioculturais e linguísticas

Apoiar a estruturação de redes de apoio a mulheres indígenas vítimas de violência

Fazer o acompanhamento, no âmbito do Observatório dos Povos Indígenas, das informações sobre violência contra mulheres indígenas, em parceria com o Ministério das Mulheres e o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Fazer o acompanhamento, no âmbito do Observatório dos Povos Indígenas, das informações sobre indígenas LGBTQIA+, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Fazer o acompanhamento, no âmbito do Observatório dos Povos Indígenas, das informações sobre a saúde indígena, em parceria com o Ministério da Saúde



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

| | |
|---|--|
| Objetivo Específico 3 (cont.) | Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, com deficiência, migrantes, refugiados e transfronteiriços |
| Medidas Institucionais (cont.) | Realizar, no âmbito do Observatório dos Povos Indígenas, o mapeamento da distribuição e situação dos indígenas migrantes e transfronteiriços, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania |
| | Articular a regulamentação de direitos dos povos indígenas migrantes, refugiados e transfronteiriços |
| | Articular a prestação de serviços de emergência em situação de calamidade pública que afetem povos indígenas |
| | Articular a criação de cursos de enfermagem intercultural de nível superior em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas |
| | Propor a atualização curricular dos cursos de enfermagem, proporcionando a formação de enfermeiros com perspectiva intercultural |
| | Propor e articular a criação de redes intersetoriais de saúde indígena |
| | Propor a edição de resolução orientadora acerca do direito à convivência familiar e comunitária |



Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

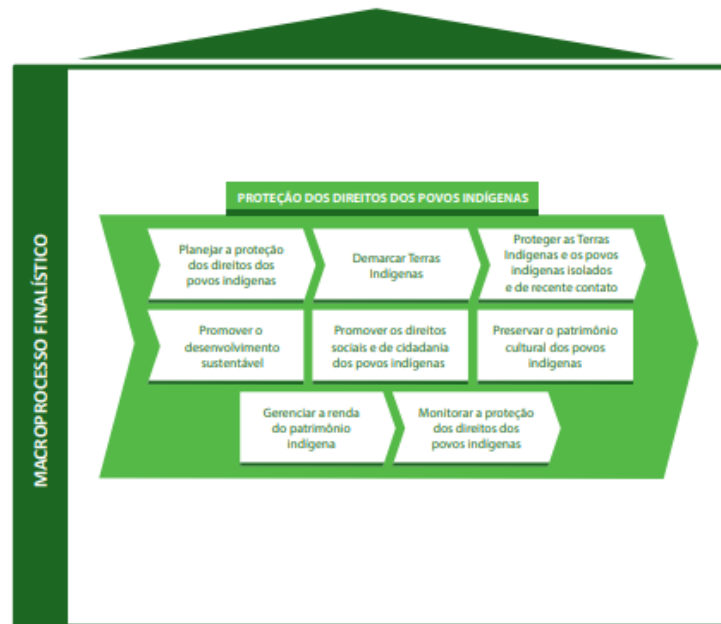
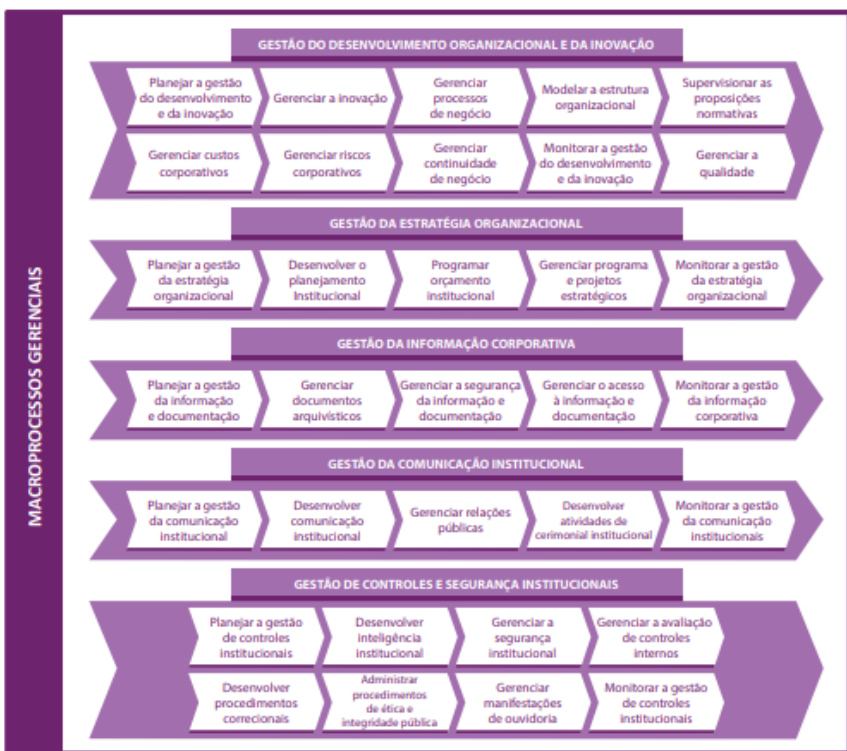
| | | |
|-------------------------------|--|---|
| Objetivo Específico 4 | Fortalecer a educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades | |
| Entregas | MPI | Estados e municípios apoiados para a adequação de atos legais e normativos e para a elaboração e implementação de projetos político-pedagógicos com a perspectiva indígena |
| | MPI | Materiais didáticos e paradidáticos para a educação escolar indígena distribuídos no âmbito da Política Nacional do Livro Didático |
| | MPI | Projetos de pesquisa e extensão com temáticas voltadas a povos indígenas apoiados |
| Medidas Institucionais | | Realizar, no âmbito do Observatório dos Povos Indígenas, o mapeamento e diagnóstico dos projetos político-pedagógicos das escolas indígenas do Brasil, em parceria com o Ministério da Educação |
| | | Realizar, no âmbito do Observatório dos Povos Indígenas, o mapeamento de demandas e ofertas de cursos de formação profissional aderentes às diretrizes da Política Nacional de Educação Escolar Indígena, em parceria com o MEC |
| | | Celebrar acordos de cooperação técnica para a educação escolar indígena |
| | | Articular com a SETEC/MEC a implantação de cursos de qualificação profissional que atendam demandas de comunidades indígenas e sejam aderentes às diretrizes da Política Nacional de Educação Escolar Indígena |
| | | Articular com a SETEC/MEC novas vagas para indígenas no Pronatec |
| | | Articular com estados e Distrito Federal a ampliação da oferta adequada de ensino médio específico e diferenciado voltado às comunidades indígenas |



MISSÃO: EXECUTAR E MONITORAR A POLÍTICA INDIGENISTA COM VISTAS À GARANTIA DOS DIREITOS E DA AUTONOMIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL



CADEIA DE VALOR INTEGRADA DO ESTADO



Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado



MACROPROCESSOS GERENCIAIS

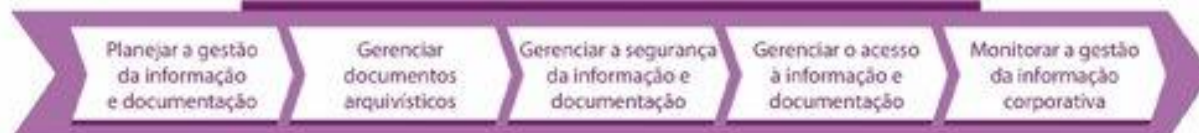
GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E DA INOVAÇÃO



GESTÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL



GESTÃO DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA



GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL



GESTÃO DE CONTROLES E SEGURANÇA INSTITUCIONAIS



MACROPROCESSO FINALÍSTICO

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS



MACROPROCESSOS DE SUPORTE



| Processo Finalístico | Programa PPA | Estrutura Atual | Nova Estrutura |
|---|--------------|-----------------|----------------|
| Demarcar Terras | | | |
| Proteger territórios e povos isolados | | | |
| Promover sustentabilidade nos territórios indígenas | | | |
| Promover Direitos Sociais e de Cidadania | | | |
| Preservar o Patrimônio Cultural | | | |
| Gerenciar o patrimônio indígena | | | |
| Planejar e Monitorar | | | |



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS

